

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E A FORMAÇÃO DO MERCOSUL

Autores

Lucyene Lopes
academia de Fatima Ventura

1. Introdução

A proposta é discutir o início das negociações para a criação do MERCOSUL, bem como, refletirmos sobre suas consequências para os países membros e suas populações.

Sendo assim, historiamos o processo de integração econômica até o Tratado de Ouro Preto e buscamos compreender a dimensão que tal caminho alcançou até aquele momento.

Destacamos que os blocos econômicos têm sua origem na globalização do capitalismo que, segundo Ianni (apud SIMÕES & MORINI, 2006), pode ser dividido em três fases: a) As grandes navegações dos séculos XV e XVI, que levaram os europeus a regiões do planeta ainda não descobertas. Nessa fase o capitalismo se expandiu geograficamente por todo o mundo, fazendo deste um sistema único de produção e consumo de mercadorias; b) A Revolução Industrial do século XVIII, quando o capitalismo europeu, que já contava com mercados consumidores em todo o mundo, passou a desenvolver tecnologias que permitiam o alcance de uma produção maior com menos trabalhadores e proporcionavam maiores lucros com menores custos e, c) O domínio completo das multinacionais a partir da década de 50, quando passaram a investir na reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial.

A expansão do capitalismo e o crescente domínio das corporações transnacionais são a base da globalização da economia e da sociedade, que está gerando uma ordem mundial que tem no fim da Guerra Fria, o incremento da disputa comercial entre empresas e países e a formação de grandes blocos econômicos regionais como principais características (SIMÕES & MORINI, 2006).

2. Objetivos

Conhecer a importância da formação de blocos econômicos, buscando compreender a origem do MERCOSUL.

3. Desenvolvimento

Teoricamente, os blocos econômicos foram criados para promover o desenvolvimento do comércio de determinadas regiões. Para tanto eliminam-se as barreiras alfandegárias, diminuindo o custo dos produtos. Com custos menores, aumenta-se o poder de compra dentro do bloco, proporcionando uma elevação no nível de vida da população dos países membros do mesmo. As integrações econômicas se dão pelo desejo dos Estados em obterem vantagens econômicas para si, como aumento geral da produção através de um melhor aproveitamento de economias de escala, aumento da produtividade, através da exploração de

vantagens comparativas entre sócios de um mesmo bloco econômico e, estímulo à eficiência através do aumento da concorrência interna (SIMÕES & MORINI, 2006).

Para Beçak (2000), existem quatro tipos de integração econômica, que destacaremos para melhor compreender importância MERCOSUL: 1. A *Zona de Preferências Tarifárias*: Adoção recíproca entre dois ou mais países de níveis tarifários preferenciais, ou seja, as tarifas cobradas por esses países entre si são inferiores que as cobradas de terceiros, essa diferença é chamada de margem de preferência. Ex: ALADI. 2. A *Zona de Livre Comércio*: Eliminação de todas as barreiras tarifárias e não tarifárias que incidem sobre o comércio dos países membros do grupo. De acordo com as normas do GATT, esse tipo de acordo tem que abarcar no mínimo 80% dos bens comercializados entre estes. Ex: NAFTA. (É nesse tipo de integração que se institui o Regime de Origem, indispensável para qualquer acordo de livre comércio). 3. A *União Aduaneira* : Ocorre quando os países membros de uma Zona de Livre Comércio adotam uma tarifa comum para importações de mercados externos (TEC). Ex: MERCOSUL. 4. O *Mercado Comum*: Prevê além da circulação de mercadorias a circulação de fatores de produção (capital e trabalho). Ex: União Européia.

Simões e Morini (2006) acrescentam um quinto modelo, ainda inédito, que é a *União Econômica e Monetária* , que se difere do Mercado Comum por ter uma moeda única e também uma política macroeconômica comum, conduzida por um Banco Central comunitário. O único exemplo de uma UEM é a União Européia que ainda está em processo de construção.

Segundo Beçak (2000) os países Latino Americanos, a fim de afirmarem sua cultura, atingirem um desenvolvimento econômico que atenda uma exigência da globalização, sempre desejaram uma integração econômica entre si, uma das primeiras tentativas foi a ALALC – Associação Latino Americana de Livre Comércio – criada pelo Tratado de Montevidéu, assinado, primeiramente, pela Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai em 1960, tinha como objetivo a criação de um mercado comum após a implantação de uma zona de livre comércio.

Em 1980, através do Protocolo de Brasília, foi criada a ALADI – Associação Latino Americana de Integração – em substituição á ALALC. A ALADI, subscrita pelos países membros da ALALC, mesmo que dando uma certa continuidade a esta, tinha objetivos mais audaciosos, substituiu a zona de livre comércio pela zona de preferências econômicas, que favoreceu a bilateralidade de iniciativas, e serviu de alicerce para o MERCOSUL (ARANHA, 1993).

O MERCOSUL – Mercado Comum do Sul – nasce do Tratado de Assunção, assinado em 26/03/1991, que tinha os objetivos de inserir competitivamente os quatro países membros num mundo caracterizado pela consolidação de blocos regionais de comércio (no qual a capacitação tecnológica vem ganhando importância para o alcance do progresso econômico e social), proporcionar aos participantes ganhos de produtividade através da viabilização de economias de produção, ampliar o fluxo de comércio e investimento com o resto do mundo, promover a abertura econômica regional (que favorece o livre comércio) e com tudo isso melhorar a condição de vida de seus habitantes (SIMÕES & MORINI, 2006).

Esse Tratado tinha como principal meta a União Aduaneira entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai até 31/12/1994 e, para o alcance desse objetivo determina outros aspectos, sendo eles: a) o estabelecimento de um programa de liberalização comercial, que consiste de reduções tarifárias progressivas, lineares e automáticas acompanhadas da eliminação das barreiras não tarifárias; b) a coordenação de políticas macro-econômicas e setoriais entre Estados Comunitários para assegurar adequadas situações de concorrência; c) o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC); d) o estabelecimento de listas de exceções ao programa de liberalização para produtos considerados "sensíveis"; e) a constituição de um regime geral de origem e de um sistema de solução de controvérsias; f) a adoção de uma política comercial comum com relação a terceiros Estados ou grupo de Estados e g) O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para fomentar o fortalecimento do processo de integração.

Com sua assinatura, inaugurou-se o chamado "Período de Transição", que durou até janeiro de 1995. Neste período foram executados alguns compromissos do tratado, como a iniciação do programa de liberalização comercial, a aprovação do Protocolo de Brasília, que estabelece o sistema de solução de controvérsias do MERCOSUL, a aprovação e cumprimento parcial do Cronograma de Lãs Lemas, que sintetizava todas as tarefas que deveriam ser cumpridas para o alcance dos objetivos do Tratado e a definição em 1993 da Tarifa Externa Comum para a grande maioria dos bens produzidos na região.

Esse período de transição finaliza com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em dezembro de 1994. A partir daí, o MERCOSUL passa a contar com uma estrutura institucional definitiva para a negociação do aprofundamento da integração em direção ao ambicionado Mercado Comum, tem sua estabilidade jurídica estabelecida e pode negociar acordos internacionais como bloco.

4. Resultados

A integração econômica dos países membros do MERCOSUL poderá viabilizar a negociação destes países, entre si e, com terceiros, o que facilitaria a economia interna de cada um destes, favorecendo, conseqüentemente, a qualidade de vida de sua população.

5. Considerações Finais

Até o Protocolo de Ouro Preto, parece-nos que as discussões não saíram dos papéis e das salas de reuniões, o que pode ser observado na "qualidade" de vida das populações dos países membros, a pobreza aumenta assustadoramente, o desemprego cresce a olhos vistos, a educação não possibilita críticas, pois bem, continuamos na mesmice do autoritarismo e da miséria.

Considera-se que uma das "causas" dessa realidade estaria na abertura comercial, no Governo Collor, que se deu de maneira submissa, não havendo preparo do mercado interno, o que levou a grande número de falências e, até mesmo suicídios de pequenos e médios empresários, que se viram acoados frente ao novo mundo, globalizado, porém que não os incluía.

Referências Bibliográficas

ARANHA, Oswaldo Souza. **Conheça o Mercosul: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai**. São Paulo, Editora Rumo, 1993.

BEÇAK, Peggy. **Mercosul: Uma experiência de Integração Regional**. São Paulo, Editora Contexto, 2000.

MERCOSUL. Disponível em:

MORINI, Cristiano; SIMÕES, Regina Célia Faria; DAINEZ, Valdir Iusif. **Manual de Comércio Exterior**. Campinas, Editora Alínea, 2006.

<http://www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?key=1>. Acesso em 22/03/2006.